

# Educação Infantil e Desigualdades



Maio de 2025

## Introdução

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica. Destinada a crianças de 0 a 5 anos, ela visa promover o desenvolvimento integral — físico, social, cognitivo, emocional, entre outros — das crianças. **É um direito constitucional**, previsto na Constituição Federal de 1988, que deve ser garantido pelo poder público a todas as crianças brasileiras.

O acesso a uma educação infantil de qualidade é condição sine qua non para a construção de uma trajetória escolar bem-sucedida. O relatório global sobre educação infantil do UNICEF, publicado em 2019, aponta que crianças matriculadas em pelo menos um ano dessa etapa de ensino estão menos propensas à repetência ou ao abandono escolar, além de apresentarem o dobro de chances de desenvolver habilidades iniciais de leitura e matemática em comparação com aquelas que não frequentaram a educação infantil.

Diversas pesquisas nacionais e internacionais, como as conduzidas por James Heckman, Prêmio Nobel de Economia, demonstram que os maiores retornos sociais e econômicos resultam de investimentos realizados nos primeiros anos de vida. Isso porque essa fase é determinante para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais, culturais e afetivas. Heckman destaca ainda que creches de qualidade contribuem para o aumento da renda futura e para melhores desempenhos intelectuais das crianças.

Atualmente, o Brasil registra 78,1 mil creches em funcionamento, totalizando 4.187.691 matrículas, sendo 2.801.866 na rede pública, segundo o Censo Escolar 2024. Destas, 99,8% estão sob responsabilidade dos municípios, o que reafirma o papel central



Por  
**Anna Helena  
Altenfelder**  
Presidente do  
Conselho de  
Administração  
do Cenpec

das redes municipais na oferta da Educação Infantil.

Como veremos a seguir, a análise dos dados desse último Censo Escolar evidencia avanços ainda insuficientes frente às metas do Plano Nacional de Educação (PNE), além de revelar profundas desigualdades no acesso e nas condições de atendimento, especialmente nas creches. Neste contexto, o Cenpec, organização da sociedade civil dedicada à promoção da equidade e qualidade na educação pública, apresenta uma leitura crítica dos dados do Censo Escolar 2024 sob o prisma das desigualdades que atravessam essa etapa de ensino.

### Matrículas: acesso desigual desde o início

Em 2024, o número de matrículas na creche e na pré-escola manteve-se relativamente estável em comparação aos anos anteriores. Embora a pré-escola tenha alcançado 92,9% de atendimento na faixa etária de 4 e 5 anos, na creche, o índice foi de apenas 38,7%.

**Para atingir a meta do PNE (50% das crianças de até 3 anos na creche) seria necessário um acréscimo de cerca de 1,2 milhão de matrículas — o que evidencia que o acesso a essa etapa continua sendo um dos grandes gargalos da educação básica brasileira.**

Segundo o levantamento nacional [Retrato da Educação Infantil no Brasil – Acesso e Disponibilidade de Vagas](#), feito pelo Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação no Brasil (Gaepe-Brasil), no país inteiro, 632.763 crianças aguardam por uma vaga em creches públicas. Em 44% dos 5.569 municípios brasileiros, há crianças em fila de espera para fazer a matrícula na Educação Infantil. No que toca à pré-escola, o percentual de municípios com crianças que deveriam estar matriculadas, mas não estão, é 8%.

**O acesso à Educação Infantil em tempo integral também é marcado por desigualdades.** Segundo o Censo Escolar 2024, enquanto 80% das crianças em creche no Rio Grande do Sul estão em tempo integral, no Amapá esse índice é de apenas 5%. Em áreas urbanas, 59,9% das matrículas em creches são em tempo integral, contra 30,8% nas áreas rurais. A educação indígena e quilombola registram os menores índices de matrículas em tempo integral – 19,8% e 36% respectivamente. **E no que toca ao aspecto de raça/cor, crianças pretas e pardas têm menor acesso ao tempo integral em comparação às crianças brancas.**

**Na pré-escola, o padrão se repete:** em Rondônia, apenas 1,6% das matrículas são em tempo integral, enquanto no Rio Grande do Sul o percentual é de 29,8%. As áreas urbanas também possuem maiores índices de matrículas em tempo integral (16,4%). Assim como nas creches, a educação indígena possui o menor percentual de matrículas para pré-escola em tempo integral, bem como as crianças brancas possuem maior acesso ao tempo integral do que às crianças pretas e pardas.

### Infraestrutura: a materialização da desigualdade

Dispor de uma infraestrutura escolar de qualidade, com espaços apropriados e pensados especialmente para a condição peculiar da criança, igualmente sensíveis às crianças com deficiência, que ofereçam áreas verdes, quadra de esporte, materiais escolares para atividades artísticas, entre outros recursos, é fator fundamental para a oferta de uma educação de qualidade na etapa de ensino infantil.

O Censo Escolar 2024 revelou algumas disparidades sobre a oferta de infraestrutura escolar na Educação Infantil. **De modo geral, as escolas públicas municipais oferecem menos espaços e recursos para uma aprendizagem de qualidade quando comparadas às unidades privadas.** Enquanto 41% das escolas públicas municipais dispõem de parques infantis, as escolas privadas de Educação Infantil registram o dobro – 82,9%. Menos da metade das escolas municipais possuem banheiros adequados à educação infantil e para crianças com deficiência, e apenas 35% possuem áreas verdes dentro da escola. Sobre recursos para atividades culturais e artísticas com as crianças,

apenas 34,1% dispõem desses materiais, ao passo que as escolas privadas totalizam 68,8%.

As desigualdades são ainda mais graves nas escolas de educação indígena e quilombola. Apenas 5,8% das escolas indígenas possuem parque infantil e 26,4% contam com brinquedos. Nas quilombolas, apenas 9,7% possuem parque infantil e 44,6% têm brinquedos adequados.

Esses dados revelam que o desafio vai além da expansão de matrículas: é necessário enfrentar as desigualdades entre as crianças que já estão na escola.

### Desigualdade de ponto de partida

A análise dos dados do Censo Escolar 2024 revela que a desigualdade na educação básica brasileira começa já na Educação Infantil — tanto no acesso quanto nas condições oferecidas às crianças.

Enquanto algumas redes oferecem infraestrutura, tempo integral e atendimento quase universalizado, outras ainda lutam para garantir o básico: uma vaga, um banheiro acessível, materiais pedagógicos. **Crianças negras, indígenas, pobres, moradoras de áreas rurais ou de periferias urbanas encontram, desde os primeiros anos de vida escolar, um cenário marcado pela escassez** — o que compromete não apenas o presente, mas toda sua trajetória educativa.

Essa desigualdade de ponto de partida é inaceitável e precisa estar no centro das políticas públicas e da mobilização da sociedade civil. Investir na primeira infância, com equidade e qualidade, é investir em justiça social, em futuro e em um país menos desigual.